



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

Mayara Rodrigues César de Albuquerque

**A COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO DE PERNAMBUCO E
PARAÍBA E O COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM ANGOLA (1760-1770)**

RECIFE - 2024

MAYARA RODRIGUES CÉSAR DE ALBUQUERQUE

**A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o comércio de escravos
em Angola (1760-1770)**

Artigo produzido como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE como exigência para obtenção parcial do grau de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes

RECIFE – 2024

MAYARA RODRIGUES CÉSAR DE ALBUQUERQUE

**A COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO DE PERNAMBUCO E PARAÍBA E O
COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM ANGOLA (1760-1770)**

Artigo produzido como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE como exigência para obtenção parcial do grau de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes

Aprovado em 07 de março de 2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes (orientador)
Professor do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Victor Hugo Abril
Professor do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes
Professor efetivo do curso de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RECIFE 2024

AGRADECIMENTOS

A elaboração desse projeto de trabalho de conclusão de curso teve o apoio de diversas pessoas que foram as responsáveis por me fazer chegar até aqui. Gostaria de agradecer primeiramente ao professor Gustavo Acioli, que sempre me apoiou e orientou e me deu todo auxílio necessário nas diferentes etapas da minha vida ao longo da construção desse trabalho. Agradeço também a minha família e em especial a minha filha Marina que nasceu no início da construção desse projeto e hoje é o meu Norte. A todos que me apoiaram e estiveram presentes de alguma forma, obrigada.

A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o comércio de escravos em Angola (1760-1770)

Mayara Rodrigues César de Albuquerque

Resumo

O tráfico de escravizados representou o pilar da economia brasileira durante todo o período colonial. Esse sistema comercial criou relações profundas entre África, Brasil e Portugal. O comércio envolvia cativos, mas também alimentava um sistema mercantil complexo de diversos produtos comercializados no Atlântico. Visando este mercado, as Companhias Gerais de Comércio foram desenvolvidas na tentativa de reformular a economia colonial. Criada pelo Marquês de Pombal, a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba movimentava o comércio de manufaturas e bens pelo Atlântico, sendo responsável durante o período de seu exclusivo pelo abastecimento de escravizados nos portos de sua jurisdição. A necessidade de mão de obra escravizada para alimentar o sistema de *plantation* das Américas transformou as relações entre a Companhia e Angola, além de ressignificar o comércio dos têxteis. O presente artigo tem como objetivo analisar registros de enfiamento, isto é, do embarque de mercadorias destinadas a Angola, apontadas nos livros-caixa da Companhia, , assim como apresentar a identificação dos agentes mercantis relacionados às mercadorias fornecidas à Companhia. Pretende-se, assim, compreender a dinâmica comercial da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, entendendo as suas características de atuação no mercado atlântico envolvendo o comércio com o Brasil e Angola.

Palavras-Chave: Angola, Companhias de Comércio, Tráfico de escravos.

Introdução

A expansão do império português e a exploração dos novos territórios conquistados promoveram novas relações comerciais entre os continentes. Portugal, Brasil e África constroem relações pautadas no comércio e num sistema imperialista, que por vezes tem sucesso, como no caso do Brasil, e por outras vezes é deficitário, como em Angola. Esse comércio não apenas movimentou bens e manufaturas, mas alimentou um grande sistema

triangular - no sentido de envolver os três continentes atlânticos - em que um dos objetivos principais seria o transporte de cativos para o Brasil.

Os estudos das atividades relacionadas ao tráfico de escravizados são uma das formas mais relevantes de compreender a formação do mundo moderno, pois, a expansão ultramarina no período moderno foi o pontapé inicial para que os países ibéricos reformulassem suas dinâmicas comerciais. Além disso, uma nova dinâmica comercial surgirá devido a dois fatores principais: a adoção do regime expansionista que consolidava o imperialismo e o contato com novos povos e a necessidade de suprir as demandas das colônias no Novo Mundo.

Para suprir essas demandas era necessária a garantia da expansão territorial e alcançar a soberania econômica portuguesa. Durante a administração do Marquês de Pombal, serão estimulados na colônia setores agrícolas e, no reino, as companhias de comércio, com o objetivo de dinamizar a economia. Para garantir o sucesso desses setores, era fundamental obter mão de obra escrava, o que resultou em um maior estreitamento de laços entre o Brasil e Angola.

No presente artigo, apresento a análise dos registros de enfiamento (registros contábeis) da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba e os resultados já tabulados por pesquisas e análises prévias. Ressalto também que se trata de uma pesquisa incompleta, porém de grande importância para o conhecimento da documentação, que tornará possível novos estudos sobre a temática.

O comércio português no Atlântico

As técnicas de navegação mediterrâneas aprendidas pelos lusitanos através do contato com os italianos e espanhóis, em conjunto com o desenvolvimento naval e da marinha, permitiram que Portugal iniciasse sua expansão para além-mar. As bulas papais e a ideia de expansão do cristianismo também desempenharam papel chave na expansão pelo Atlântico ainda no século XV. O sistema de expansão lusitano contava com atividades comerciais, incursões religiosas, missões militares e principalmente a administração imperialista (MARCOCCI, 2012. p. 251; THOMAZ, 1994. p. 6).

Com a expansão e permanência em novos territórios, era necessária a garantia da exploração. Alencastro, em seu livro *O Tratado dos Viventes*, sugere que, para se ter uma dominação efetiva, é necessário que o colonizador compreenda a dinâmica do mercado para

tornar possível a coordenação e a exploração colonial. A conquista da África, especificamente de Angola, não foi diferente: foi necessária uma articulação política e econômica para formar uma relação de exploração colonial em dois polos: o Brasil, como o agente motivador do tráfico e receptor de escravizados, e Angola, como o fornecedor da mão-de-obra para o trabalho compulsório (ALENCASTRO, 2000, pp. 29-70).

Durante o século XVI, a África foi um dos focos de expansão europeia devido a suas minas de ouro e prata; não era incomum que barcos atracassem nos portos africanos em busca das promessas de riqueza. Os lusitanos insistiam em um dos pilares do imperialismo, o monopólio, mas não obtinham sucesso na costa africana. Com a constante recusa, dos líderes políticos do litoral angolano, em conceder o monopólio aos portugueses, aumentando a competição comercial, o comércio de escravos mostrava-se cada vez mais desfavorável para os portugueses (COSTA E SILVA, 2002, p. 311).

Os comerciantes europeus sofriam com a ampla concorrência. Para burlar o sistema politicamente estabelecido de livre comércio nos portos, a aprovação das lideranças era fundamental; os portugueses precisavam compreender as estruturas de poder e criavam relações estreitas com as elites locais através de subornos e desembolsavam pensões anuais para os reis. Além disso, eram comuns as práticas de presentear as lideranças a fim de conseguir regalias. Os responsáveis por manter as relações favoráveis entre portugueses e angolanos eram os governadores designados pelo rei de Portugal para tratar de seus assuntos no continente. Havia duas formas principais de realizar o comércio em Angola: diretamente pela coroa através de seus feitores e companhias ou através da ação de particulares (COSTA E SILVA, 2002, p.315; MARQUES, 2019, p.61).

Apesar do comércio em África se dar de forma concorrencial, a forma de negociação e organização dos negócios, em relação ao tráfico de escravizados, reproduzia padrões anteriores à chegada dos europeus. A dinâmica do comércio em Angola se dava através da praça mercantil portuguesa em África, isto é, Luanda, a qual estaria diretamente ligada a Lisboa e, em tese, os seus agentes respondiam ao rei lusitano. Os envolvidos nesse comércio eram responsáveis pela compra de cativos, vendidos pelos pumbeiros. Esses personagens são, inicialmente, escravizados, que costumavam andar descalços e eram fundamentais para as relações comerciais entre africanos e europeus, responsáveis por adquirir escravizados em feiras (pumbos) no interior de Angola, que seriam enviados ao Brasil. incluindo a Capitania de Pernambuco (MENZ, 2013, p. 08; HENRIQUES, 1996, p. 149-149).

Até o final do século XVIII, Angola funcionará como a principal fonte de escravizados para as plantações e minas brasileiras, chamando atenção para Pernambuco, que recebeu em sua maioria escravizados advindos de Angola. Porém, a historiografia ainda não se debruçou suficientemente sobre o tema. Contudo, os africanos chegados ao Brasil vinham de duas áreas principais: da Baía de Benim e de Angola. Com a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em conjunto com a iniciativa lusitana de impulsionar o comércio de cativos na área Centro-Occidental da África, o comércio realizado pela CGPP irá redirecionar seu foco para o tráfico em Angola (MARQUES, 2019 p. 60).

O Marquês de Pombal e a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba

Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal (1699-1782), nascido em Lisboa, possuiu grande destaque na administração portuguesa. Durante sua trajetória foi embaixador na Inglaterra, onde conseguiu isenções para os comerciantes portugueses e direitos semelhantes aos dos comerciantes ingleses em Portugal. Foi também embaixador na Áustria. Sua ascensão se dá após o Terremoto de Lisboa de 1755, quando demonstra suas capacidades de organização e administração, caindo nas graças de D. José I, que o convoca para o cargo de Primeiro Ministro. Recebe o título de Marquês de Pombal no ano de 1769. (VICENTE, 2000. p. 22)

Pombal, foi peça fundamental de diversas reformas na colônia brasileira. Influenciado pelo Iluminismo e por modelos de civilização europeus considerados por ele mais avançados, Pombal promoverá diversas reformas conhecidas como Reformas Pombalinas.

A política econômica adotada por Pombal se baseará no equilíbrio das contas públicas e no estímulo a produções de bens coloniais, pois, com a decadência do ouro nas Minas Gerais, bem como a crise de outros produtos, como o açúcar, será necessário tornar os produtos brasileiros competitivos no mercado externo. O ouro, o açúcar e o fumo representavam os principais produtos comercializados no Atlântico.

Para Pombal, o ouro seria uma excelente forma de reequilibrar o desequilíbrio nas contas públicas portuguesas, a administração tentou dar atenção e proteção ao açúcar e ao fumo. Em 1756, é baixada uma lei que proibia a cobrança de dívidas dos comerciantes envolvidos com o açúcar, pois, o endividamento seria uma das principais causas da crise. As

Companhias de Comércio, em especial a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, teriam suas taxas alfandegárias manipuladas a fim de estimular a produção na Capitania (MAXWELL, 1995, pp.30-38).

Vale lembrar que anterior a Pombal, devido às necessidades de reformulação e ativação do mercado, foi criada em 8 de março de 1649, a Companhia Geral do Comércio do Brasil, com o objetivo principal de recuperação da economia açucareira que ainda sofria os impactos da invasão holandesa, pois, com o financiamento do cultivo nas Antilhas e os menores custos de transporte, o açúcar neerlandês tornava-se mais rentável aos compradores, tornando o açúcar brasileiro incapaz de competir no mercado externo. A Companhia Geral de Comércio do Brasil foi extinta em 1720 (DIÉGUES, 1950, p. 331-333).

Com o declínio do açúcar e a exploração aurífera é necessária uma reorganização estrutural do comércio. Como alternativa, o Marquês de Pombal propõe a criação de novas companhias de comércio, sendo criada em 1759 a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Proposta em 30 de julho de 1759, a CGPP buscava atender aos interesses da Coroa e dos homens de negócio lisboetas e luso-brasileiros. Formada por capital privado e estatal, do qual representantes da metrópole possuíam aproximadamente 87% do empreendimento, tinha como objetivo a isenção e financiamento de novas culturas, o desenvolvimento urbanístico e a recuperação da economia do açúcar nas Capitanias de Pernambuco e Paraíba. Era também detentora do exclusivo comercial dos escravizados enviados a estas capitanias, visando atender às necessidades agrícolas dos colonos (RIBEIRO Jr., 1976, p. 90-94).

O exclusivo comercial concedido à CGCPP tinha duração de 20 anos contados a partir da data de 8 de agosto de 1760, quando saiu a primeira frota do porto de Lisboa. Possuía exclusividade de navegação e comercialização em toda área das Capitanias, não se aplicando, porém, ao Sertão do Rio São Francisco, onde o comércio, principalmente do couro, permanecia livre. Dentre os feitos da CGPP, houve a modificação na forma de fazer o transporte comercial. Foram abolidas as frotas e ajustada a oferta de transporte. A companhia consegue transportar mais açúcar nesse período que no de livre comércio. A empresa adquiria embarcações por compra, venda, aluguel e incentivou a construção de suas próprias embarcações (MELO, 2017, p. 93-95).

A administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, era composta por duas direções, a primeira no Porto, Portugal, que contava com um intendente e seis deputados, e outra na Capitania de Pernambuco, com um intendente e oito deputados. As Direções da

Companhia deveriam ter duração de no máximo três anos e a formação seguinte deveria passar por eleição dos acionistas. Todo o comércio de Pernambuco e Paraíba concentrava-se nos intendentess e deputados, únicos administradores apoiados pela Coroa (CARREIRA, 1969, p. 249; DIAS, 2014, pag. 181).

Contudo, para conseguir investimento de acionistas para a CGPP, a Coroa portuguesa concedia graças e privilégios, com os quais distinguia os acionistas e deputados. Ressalta-se que os deputados eram os verdadeiros administradores da Companhia e integravam a direção da CGPP.

As mudanças realizadas pela CGPP foram resultado de sua administração e do investimento de seus acionistas. O monopólio estaria avaliado em um capital de aproximadamente 1.360.000.000 réis, que foi dividido em ações, cujas aplicações só poderiam ser reavidas no prazo mínimo de 20 anos.

A princípio o monopólio contou com 416 acionistas, desse total apenas 77 agentes eram detentores de mais da metade das ações, isto é, aproximadamente 680.000.000 réis. Demonstrando que um pequeno grupo era detentor de grande parte das ações, sendo assim, não poderiam ser de uma classe social menos abastada. O investimento na CGPP era visto como positivo para esses agentes, considerando o endividamento crônico, as incertezas do mercado externo e a baixa concorrência nas atividades do monopólio, a aplicação tornava-se mais segura (DIAS, 2014, p.8).

A CGCPP e o comércio de escravos e de têxteis

Apesar de existirem diversos argumentos sob as motivações para a fundação da Companhia, não se pode negar que a mesma teve atuação importante para o suprimento de mão-de-obra escravizada. Mesmo que os dados antes coletados demonstrem que, durante o livre comércio, o número de cativos desembarcados em Pernambuco tenha sido maior, a CGPP possuía mecanismos que mantinham esses escravizados na própria Capitania, assim conseguindo aumentar o número de cativos na área de exclusivo, promovendo mudanças na distribuição. Esse movimento só foi possível pelas mudanças realizadas na forma de fazer o transporte desde a fundação da Companhia. (MELO, 2017, p. 89-91)

Com o Contrato de Angola, anterior à criação da CGPP, o comércio em África demonstrava sua preferência por tecidos, pois os têxteis (em forma de uniformes) eram a principal moeda de troca portuguesa. Com a ascensão do Marquês de Pombal, o contrato foi

reelaborado eximindo essa obrigatoriedade de pagamentos em tecidos, mas as preferências pelos têxteis permaneceram, como é possível observar na documentação analisada no artigo. Além disso, a CGPP possuía o exclusivo comercial de cativos, sendo ela obrigada a assumir os riscos do comércio de escravos. (Lopes, Menz, 2019, p. 116)

A importância dos têxteis é inegável na dinâmica de produção colonial. A documentação analisada permite identificar não só os agentes como os tipos de têxteis enviados e o porquê seu desembarque em portos africanos era tão importante. Para além disso, podemos analisar também a dependência industrial com a Inglaterra, que Pombal tentava amenizar, mesmo que continue comum o embarque dos tecidos ingleses nos portos de Lisboa. (LOPES; MENZ, 2019).

Como foi afirmado diversas vezes nesse artigo, o açúcar era a principal *commodity* de exportação da colônia brasileira na segunda metade do séc. XVIII. Por sua produção ser baseada no sistema de *plantation*, a mão de obra escravizada fazia parte da dinâmica do açúcar. O comércio em Angola não era extremamente lucrativo, sendo muitas vezes deficitário. Porém, a necessidade e dependência da mão de obra e o exclusivo de comércio escravista para os portos pernambucanos tornava fundamental para a Companhia manter relações comerciais estreitas com África e desenvolver tal comércio.

O comércio em Angola não se limitava apenas aos cativos, em primeiro momento o interesse europeu por metais preciosos moveu o comércio em África, em conjunto com o mel, marfim, cera, ferro e animais silvestres. Porém, para o reino de Angola, nada se demonstrava tão lucrativo quanto o tráfico de escravizados.

Com o passar do tempo, as dinâmicas comerciais vão sendo modificadas, movimentam-se os mercados de bens e manufaturas, como é o caso dos tecidos. Angola recebia têxteis que eram desembarcados nos portos e esses tecidos eram vendidos no interior da África Centro-Ocidental. A relação do tráfico de escravizados com os tecidos era tamanha que com o passar do tempo o termo “peça”, que equivaleria a uma peça de tecido, também designava um homem escravizado, pois a peça era equivalente a um escravizado. E, assim, os tecidos foram tornando-se cada vez mais importantes no sistema de comércio atlântico escravista.

No início da Idade Moderna os têxteis vão ocupar um lugar de extrema importância no comércio realizado pelos continentes europeu, africano, americano e asiático. Serão manufaturas globalmente popularizadas, que irão servir a diversos setores de mercado. Ao observar o comércio de têxteis realizado por Portugal em Angola, especificamente, podemos

compreender, nesse sentido, que os têxteis se apresentam para a história como bens manufaturados que revelam as condições sociais, econômicas, culturais e de consumo, pois, o comércio de escravizados modificará a dinâmica do uso de tecidos em África. (DUPLESSIS, 2010, p. 9)

Os traficantes de escravizados da CGPP não tinham acesso constante aos tecidos asiáticos, bastante apreciados por sua qualidade, porém de elevados preços, o que resultava no aumento considerável de valores de venda em um comércio deficitário. A Cia. Buscava, então, resolver tal problema e a melhorar os lucros investindo em produtos diversificados como o tabaco. Deve-se lembrar que o tráfico e seu sistema de comércio eram bastante complexos, então, os valores variavam de acordo com a oferta e procura (KLEIN, 1989. p. 09).

Os dados computados pela pesquisa, reafirmam os estudos antes realizados: como demonstrado na tabela 1, os têxteis representavam 98% dos itens embarcados nas duas embarcações analisadas, sendo um número expressivo. Contudo, vale ressaltar que os tecidos se tornaram uma parte importante para a manutenção do tráfico transatlântico, mas nem sempre representavam um comércio lucrativo, por muitas vezes era deficitário, sendo compensados, porém, em atividades de fretes entre Angola e Pernambuco e no trajeto contrário. Os fretes, assim, acabavam por compor parte dos ganhos positivos da CGCPP no comércio de venda dos escravizados (que também não possuía lucros expressivos) Ou seja, os fretes eram parte fundamental para a manutenção do comércio com Angola, pois compensavam os demais custos das viagens. (KLEIN, 1989, p. 12; MENZ, 2013, p. 66)

Dentre os tecidos que aparecem com mais recorrência nas documentações estão os borralhos, folhinhas e zuartes, de valores mais elevados pois tratava-se de tecidos indianos, enquanto a bretanha, tecido inglês de valor mais baixo, também aparece com recorrência, demonstrando que o comércio entre Ásia, Europa e África era fundamental para a garantia do comércio de tecidos exercido pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Quando analisamos a questão quantitativa, é expressiva a maior quantidade de tecidos europeus presentes nos desembarques em Angola, pois seu custo de produção e de transporte eram menores e também eram apreciados em África.

Conseguimos identificar também a ausência, nestes documentos, de tecidos produzidos por Portugal. Durante a década de 1760, Lisboa era o principal destino das exportações de tecidos britânicas, até o fim da década de 1770. Período de observação deste artigo. (Lopes, Menz, 2019, p. 126)

Por fim, os tecidos desempenhavam uma função importante no comércio de escravos, visto que por muito tempo foram utilizados como moeda de troca e representavam um comércio de grande procura no continente africano. O comércio de têxteis criou uma dinâmica colonial única que ligava os continentes asiático, europeu, americano e africano em prol do expansionismo imperialista português

Análise dos dados de algumas embarcações da CGCPP

Num primeiro momento, é necessário compreender a natureza da documentação trabalhada. A documentação digitalizada está disponível no Arquivo Histórico Ultramarino. Nela consta os registros de enfardamento, que seriam como livros-caixa da Companhia, nos quais eram anotados bens e os volumes de embarque. Os embarques eram realizados em Lisboa e tinham como destino os portos de Angola.

Para esse artigo, foram analisadas duas embarcações, pois a dificuldade de transcrição dos documentos e a baixa qualidade das imagens disponibilizadas acabaram por dificultar a pesquisa. Nessas duas embarcações principais, de nomes *São Jesus dos Navegantes*, *São João Nepomuceno* e o Navio *O Senhor do Bonfim*, *São Pedro e Santo Antônio*, que realizaram viagens datadas de fevereiro de 1780 e abril de 1762, foi possível identificar um quantitativo considerável de têxteis em relação à outras mercadorias embarcadas, como demonstrado no gráfico abaixo:



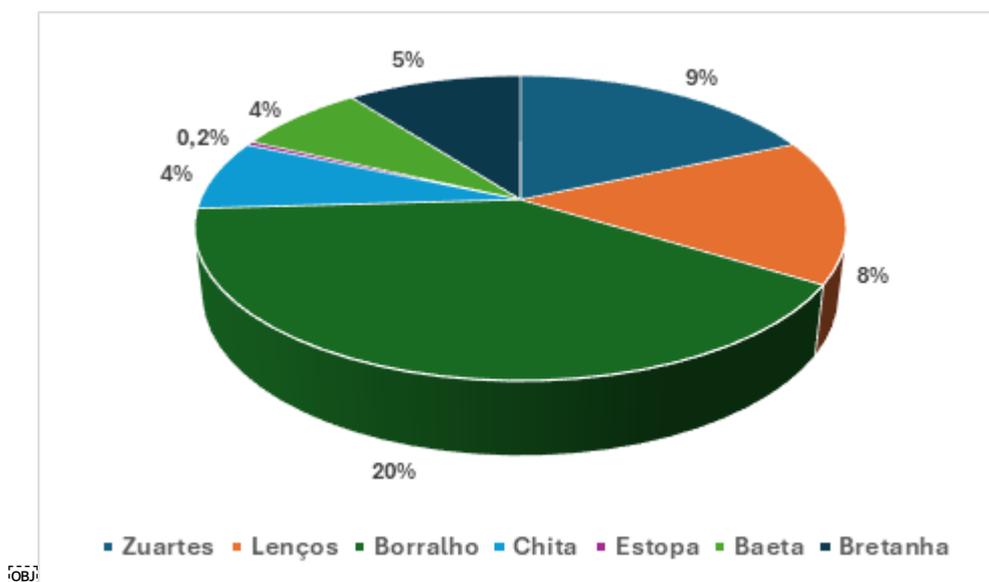
Gráfico 1: Comparativo quantitativo entre as unidades de tecidos e as demais unidades dos produtos embarcados nos dois navios.

São diversos tipos de têxteis, como: Baetas, Borrvalho, Bretanha, Chitas, Cobertas, Cré, Estopa, Lenços, Panos e Zuartes. Mas qual papel eles teriam com o comércio na África e por que tais volumes expressivos? Há duas respostas para a questão: a importância dos tecidos na

efetivação do comércio escravista e a mudança cultural construída a partir da inserção dos têxteis na África, abordada mais à frente no presente texto.

Tão importante quanto o volume e a diversidade de tecidos que a CGCPP enviava para Luanda, é a quantidade relativa de alguns desses produtos. Se verificarmos os dados das duas referidas embarcações da Companhia, podemos perceber que tipos de têxteis eram mais relevantes para o comércio escravista que os portugueses promoviam em Angola (Gráficos 2 e 3).

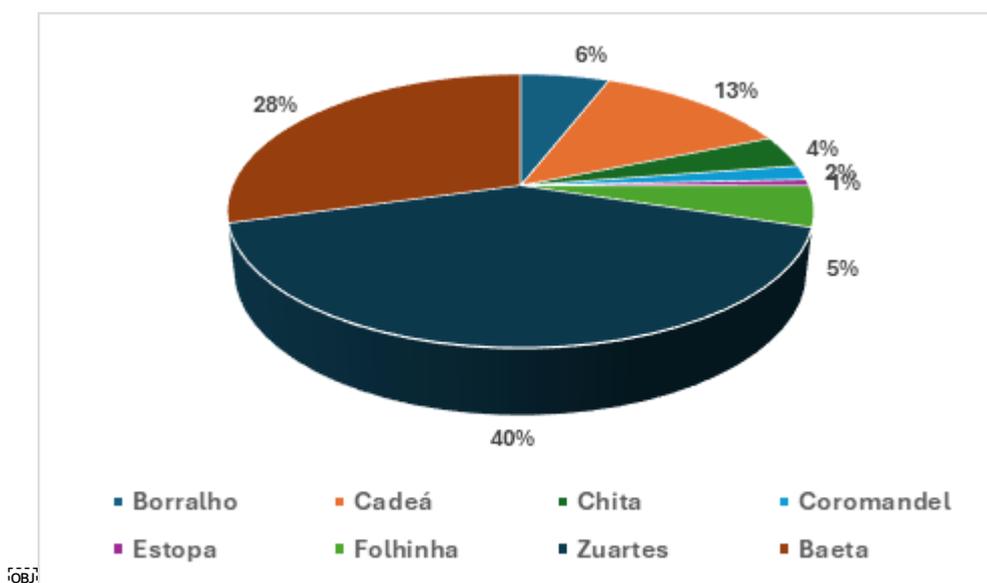
Gráfico 2 – Tipo de têxteis embarcados em relação à carga total (1761)



Fonte: Livros de Enfardamento da CGPP, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), CGPP, Livro 484.

No gráfico 2, estão sintetizados parte dos dados relativos a uma carga embarcada em Lisboa em 08 de julho de 1761, que somou 15.870:211 réis. Percebe-se que os têxteis oriundos da Índia – a saber, zuartes, lenços, borralhos e chitas – correspondem a 41% do valor embarcado. Por sua vez, os tecidos produzidos na Europa – baetas e estopas – equivalem a pouco menos de 10% do valor registrado. Vejamos o gráfico 3.

Gráfico 3 - Tipo de têxteis embarcados em relação à carga total (1762)



Fonte: Livros de Enfardamento da CGPP, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), CGPP, Livro 484.

O Gráfico 3 sintetiza os dados de parte da carga embarcada no navio *O Senhor do Bom Fim, São Pedro e Santo Antônio*, em Lisboa, a 25 de abril de 1762. Como era de se esperar, os têxteis predominam. Dentre estes, os da Índia – borralhos, cadeás, chitas, coromandel, folhinha e zuarte – correspondem a 68% do valor da carga, que somou 7.221:617 réis. Já os tecidos europeus – baeta e estopa – equivalem a 28% da carga (com larga predominância da baeta, um tecido rústico).

Portanto, com base nesses dados, pode-se afirmar que o comércio escravista que a CGCPP abastecia a partir de Lisboa, com destino a Angola, dependia fortemente da oferta de tecidos da Índia. Os têxteis da Índia – feitos de algodão e estampados em cores diversas – ainda eram, na década de 1760, os mais demandados no mercado atlântico, em particular no comércio de africanos escravizados¹.

Os agentes mercantis e as cargas da CGCPP

Desde que alguns trabalhos, que se tornaram referências, destacaram o papel dos agentes mercantis na praça do Rio de Janeiro, envolvidos, sobretudo, no “trato dos viventes”

(FRAGOSO, 1998; FLORENTINO, 1997; ALENCASTRO, 2000), aumentaram as pesquisas históricas sobre os homens de negócio atuantes no Brasil colonial. Tem sido destacada, sobretudo, a trajetória socioeconômica daqueles indivíduos e sua penetração no mercado atlântico, seja no comércio de escravos e mercadorias, seja na arrematação de contratos régios (BORREGO, 2010; FURTADO, 2006; SOUZA, 2012; SOUZA, 2019). No entanto, a ênfase na agência mercantil na colônia não deve nos levar a esquecer que havia uma robusta comunidade mercantil em Lisboa, com ampla penetração no mercado atlântico colonial (PEDREIRA, 1996; MENZ, 2019).

A documentação também aponta a existência de agentes comerciais, que podem ser definidos como indivíduos que estão diretamente ligados à dinâmica de comércio da Companhia. Esses agentes seriam membros das classes mais abastadas da sociedade, comerciantes, há muito ligados às atividades mercantis. Muitos acabam por comprar largos carregamentos de açúcar na capitania e, também, os vendiam em Lisboa. Os açúcares eram vendidos por dinheiro e ou fazendas, o que demonstra que os acionistas forneciam mercadorias de abastecimento para a Capitania.

Ao analisar os registros de enfardamento da Companhia, documentos fonte da pesquisa, foram identificados os nomes de alguns agentes envolvidos no comércio atlântico. Estes nomes aparecem nas tabelas ao lado de produtos específicos, geralmente tecidos. Assim, é possível relacionar de forma mais precisa os produtos e tecidos comercializados pelos homens de negócio que abasteciam a Companhia.

Entre os agentes identificados na documentação estão Daniel Gildemeester (mercador e cônsul holandês; cf. PEDREIRA, 1996, p. 360), que possuía um capital em ações da Companhia de 51.600.000 réis; Alberto Maier, possuidor de 24.000.000 réis; Luís José de Brito, detentor de 8.400.000 réis; Antônio da Costa Cardoso com 4.400.000 réis; Caetano de Souza com 4.000.000 réis e João Rodrigues Colaço possuindo 2.000.000 réis. Trata-se, portanto, de grandes acionistas da CGPP, acumulando os maiores capitais em ações em réis.

No que se refere aos agentes encontrados na documentação, o homem de negócio José Rodrigues Bandeira também aparece nos registros de enfardamento. Podemos considerar que o mesmo foi um importante homem de negócios do século XVIII em Lisboa, pois foi escolhido pessoalmente por Pombal para o cargo de provedor da Junta de Comércio de Lisboa, além de ser dono de uma das maiores casas de exportação de tabaco, um dos principais itens do comércio luso-brasileiro.. Homem de origem modesta, chegou a ter uma das maiores fortunas

mercantis de Lisboa (PEDREIRA, 1992, p. 434). Foi o primeiro provedor da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (MELO, 2017, p. 556; DUARTE C., GONÇALVES M., GÓIS C. 2020, p. 49).

Daniel Gildemeester participou do investimento da Companhia junto com Feliciano Velho; ambos eram membros de uma junta comercial que operava na Ásia, a Companhia da Ásia Portuguesa, que é também um empreendimento pombalino. O investimento foi de 6 contos de réis, que se somaram aos demais investimentos reinóis (DIAS, 2019, p. 141).

Em contrapartida, aparece também João Rodrigues Colaço, um juiz de fora. Homem de negócios, parte da elite mercantil de Pernambuco, demonstrando a participação ativa da capitania nos negócios da Companhia. Ao se tratar de Alberto Maier, identifica-se que ele foi um dos primeiros grandes agentes da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Trabalhava, também, com comissões e estava ligado ao comércio de açúcar; o mesmo chegou a arrematar 484 caixas do produto em Lisboa, visando à reexportação. (MELO, 2017, p. 556)

Antônio da Costa Cardoso, se envolveu no transporte realizado pela companhia através da compra e venda de embarcações, sendo de sua propriedade as duas embarcações *Nossa Senhora da Piedade* e *Senhor Jesus de Bouças e Santíssimo Sacramento*, somando mais de 18.000.000 réis em embarcações. Luís José de Brito foi um dos primeiros acionistas da CGPP, investindo valor inferior que alguns outros acionistas, assim como Cardoso e Caetano de Souza, mas não diminuindo sua importância, pois é possível deduzir a classe social ao qual esses indivíduos pertenciam e o nível de comércio que realizavam, sendo eles os principais homens de comércio de Praça de Lisboa (MELO, 2017. P. 355).

Para além da análise dos indivíduos e de sua importância para a construção do comércio transatlântico realizado pela Companhia, em pesquisas futuras, poderá ser possível a identificação das relações dos bens e produtos com seus agentes, visto que as documentações apresentam as encomendas de bens e tecidos desses personagens históricos, possibilitando futuras e promissoras pesquisas.

A forma de obtenção de lucro e o giro mercantil da CGPP

É importante a observação de que a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba possuía diversas formas de fazer negócio, a depender de sua base de atuação. Na Europa adotava o sistema de ampla concorrência, livre comércio e circulação de mercadorias, enquanto no Brasil adotava o sistema oposto.

Vale ressaltar que o comércio realizado pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba não se resumia apenas ao comércio triangular, sendo o comércio de escravos e têxteis parte de uma vasta gama de investimentos e transações comerciais realizadas pelos agentes. A rede comercial era complexa, os produtos podiam ser oriundos do Brasil, mas, podiam ser embarcados em Lisboa e enviados diretamente para Angola. (MENZ, 2013 p.47)

Contudo, a atividade mercantil do tráfico de escravizados dependia dos créditos e fazendas enviadas para Angola. E mesmo que grande parte desse comércio se fizesse por crédito reinol, parte expressiva se deu devido ao comércio do açúcar e do couro brasileiro. (DIAS, 2019, p.147)

O transporte por fretes também foi uma forma de obtenção de lucros da companhia, pois as viagens, mesmo que destinadas ao tráfico negreiro, não impediam os serviços de frete que podiam ser realizados entre os diversos portos africanos em que faziam paradas, entre África e a metrópole ou para Recife.

Podemos concluir que a CGPP, possuía diversas formas de obtenção dos lucros e de realizar o capital de giro mercantil, não se apegando apenas a uma atividade mercante específica, mas, distribuindo seus créditos e investindo na produção de seus materiais de venda (os produtos coloniais), além de oferecer o serviço de frete. Além disso, as atividades mercantes se adaptavam ao local em que eram realizadas buscando o melhor rendimento e lucro para o empreendimento. Contudo, é importante evidenciar que a segurança financeira resultante dos investimentos da Coroa na Companhia, possibilitou o sucesso do empreendimento. (DIAS, 2019, p.165)

CONCLUSÃO

A necessidade de alcançar novos mercados e de suprir as demandas da colônia brasileira, por vezes, se mostraram um grande desafio aos lusitanos. Para manter as boas relações, subornos e contrabandos eram parte do cotidiano do comércio português na África. Mesmo que o comércio realizado na costa africana não fosse suficiente para obter grandes lucros, por vezes apenas pagavam os próprios custos da viagem ou demonstravam-se deficitários, o comércio continuava.

A CGPP, era também parte de um circuito mercantil mais amplo envolvendo a exportação de manufatura e gêneros diversos de Portugal para Pernambuco, comercializando

também o açúcar, principal *commodity* da capitania. Esse comércio em Angola representava um aumento na entrada de cativos em Pernambuco, sendo os outros bens e manufaturas apenas uma pequena parte do comércio realizado pela mesma. (DIAS, 2005. p.7)

De acordo com a documentação analisada por este artigo, os têxteis são a principal manufatura de comercialização da companhia em África, sendo parte fundamental na manutenção da entrada portuguesa no comércio africano. Para além disso, a figura dos agentes demonstra a face da sociedade comercial da época, pois participavam da companhia a “nobreza da terra”, que possuíam privilégios e regalias concedidas pelo rei, e os mercadores da praça de Lisboa. Vale ressaltar a importância dos agentes de Lisboa, pois estes eram peça fundamental no expansionismo comercial da política pombalina, envolvidos com as contabilidades da Companhia e geralmente eram representantes do capitalismo mercantil português. (Duarte C., Gonçalves M., Góis C. (2020) p. 51)

Como foi demonstrado nos dados acima apresentados, a compreensão sobre os acionistas nos permite entender o direcionamento adotado pela Companhia e os produtos comercializados por ela. Os agentes desempenhavam os papéis fundamentais na companhia, pois eram eles que faziam o comércio e os carregamentos de frete, além de tentarem balancear os lucros e os custos da companhia. Apesar de buscarem interesses próprios, e da relutância de alguns a Companhia foi fundamental para garantir a chegada de escravizados aos portos pernambucanos e buscava suprir as carências dos colonos por mão de obra.

Os registros de enfiamento permitem identificar a preferência de certos tipos de tecidos pelos africanos, que estimavam os têxteis de algodão indianos mais que os de qualquer outra procedência. Além disso, os têxteis passam a desempenhar papéis ritualísticos e de status social na África Centro-Ocidental, o que explica, em parte, a contínua demanda por estes bens no comércio escravista em Angola. E, assim, alimentava-se o sistema escravista no Brasil .

Por fim, torna-se evidente que a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba era antes de tudo um empreendimento mercantilista que atendia a um sistema imperialista de exploração e monopólio. Mantinha relações comerciais pouco rentáveis, a fim de garantir o sistema colonial escravista e de exploração nos campos agrícolas brasileiros, sendo, durante três décadas, instrumento do imperialismo português.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das letras, 2020.

CARREIRA, António. **As Companhias Pombalinas de Navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro**. *Boletim cultural da Guiné portuguesa*, v. 24, n. 94, p. 285-474, 1969.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 18, p. 11-41, 2010.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio. *In: Actas do Congresso Internacional o espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: 2005.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. **As pessoas mais distintas em qualidade e negócio: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos**. 2014.

DIAS, Thiago Alves. Os negócios globais de uma companhia colonial: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e os negócios da China (1759-1783). *Afro-Ásia*, n. 59, p. 131-167, 2019.

DIEGUES Jr., Manuel. As Companhias Privilegiadas no comércio colonial. *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 309-336, 1950.

DUPLESSIS, Robert. “Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo atlântico nos séculos XVII e XVIII.” *Afro-Ásia*, Salvador, 41 (2010): 9-55.

KLEIN, Hebert S. “Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico.” *Revista de História* 120 (1989); 3-25.

LOPES, Gustavo Acioli; MENZ, Maximiliano M. Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 39, p. 109-134, 2019.

MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. A travessia de escravos dos sertões de Angola para os sertões de Pernambuco (1750-1810). *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, Recife, v. 37, n. 2, p. 58-81, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. As dívidas do senhor Jácome Lumachi. Pernambuco e a Companhia Geral pombalina. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, p. 63-74, 2011.

MAXWELL, Kenneth R. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira**. Paz e Terra, 1995.

MEDINA, João; DE CASTRO HENRIQUES, Isabel. **A Rota dos Escravos: Angola e a rede do comércio negreiro**. Lisboa: Cegia, 1996.

MELO, Felipe Souza. **O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MENZ, Maximiliano M. **A Companhia de Pernambuco e Paraíba e o funcionamento do tráfico de escravos em Angola (1759-1775/80)**. *Afro-Ásia*, p. 45-76, 2013.

MENZ, Maximiliano M. **Uma Comunidade em Movimento: os traficantes de escravos de Lisboa e seus agentes no Atlântico, c. 1740-1771**.

PEDREIRA, Jorge Miguel, Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). *Análise Social*, Lisboa, Quarta Série, Vol. 31, No. 136/137, 1996. p. 355-379.

RIBEIRO Jr., José. **Colonização e monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759–1780)**. São Paulo: Hucitec. 1976.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Editora Nova Fronteira, 2002.

SOUZA, George Felix Cabral de. Tratos e Mofatras: o **grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654–c. 1759)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

SOUZA, George Felix Cabral de. Comerciantes de escravos em Pernambuco (c. 1660–c. 1760): aproximação a um grupo mercantil colonial. **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 37, n. 2, p. 115-143, 2019.

VICENTE, António Pedro. **Marquês de Pombal. Um Governante Controverso**. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, v. 8, p. 21-24, 2000.